

Anúncio n.º 6080/2011**Processo: 829/09.4TYLSB****Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

N/Referência: 1866682

Data: 15-04-2011

Insolvente: Webware Serviços Informáticos, S. A.

Publicidade da nomeação de novo Administrador de insolvência

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo de Lisboa, no dia 02-07-2009, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Webware Serviços Informáticos, S. A., NIF — 504500082, Endereço: Alameda António Sérgio, Edf. Amadeo Souza Cardoso, N.º 22-10.º B, Algés-Oeiras, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Wilhelmus Martinus Johannes Verbruggen, Endereço: Pastoriestr Aat 27, 5756 Al Vlierden

João Carlos Neves Ribeiro, Endereço: Rua São João da Mata, N.º 112- C, 4.º A, Lisboa, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada por despacho de 06/04/2011 a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Ana Rito, Endereço: R Quinta Palmeiras, 28, 2780-145 Oeiras, em substituição do anterior.

15-04-2011. — O Juiz de Direito, Dr.ª Maria de Fátima dos Reis Silva. — O Oficial de Justiça, Paula Sá e Silva.

304591286

Anúncio n.º 6081/2011**Processo: 128/09.1TYLSB****Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

Requerente: Forlar — Têxteis Para Hotelaria, L.ª.

Insolvente: Britiserv Health Club, L.ª.

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo de Lisboa, no dia 04-02-2011, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Britiserv Health Club, L.ª, NIF — 504464841, Endereço: Rua Vasco da Gama, Edf. Britannia Residence, N.º 60 — F, 2775-297 Cascais, com sede na morada indicada e como administrador de insolvência foi nomeado por despacho de 13/04/2011:

Dr. Fernando Bordeira Costa, NIF: 118 469 444, Endereço: Rua Ivone Silva, 115, 2775-302 Parede, em substituição do anterior.

São administradores do devedor:

João Paulo de Albuquerque Pinto de Abreu, Endereço: Rua Vasco da Gama, Edifício Britannia, Apartamento 213, Parede Cascais

Armando da Graça Mendes da Rosa, Endereço: Rual Al. João António Azevedo Coutinho, N.º 14, Alter do Chão, 7440 Alter do Chão, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

19-04-2011. — A Juíza de Direito, Dr.ª Maria de Fátima dos Reis Silva. — O Oficial de Justiça, Paula Sá e Silva.

304604431

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOURES**Anúncio n.º 6082/2011****Processo: 578/11.3TCLRS****Insolvência pessoa singular (Requerida)****N/Referência: 12177749**

Requerente: Carvalho, Ferreira & Faro, L.ª Insolvente: Joaquim da Silva Cotrim

No Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Loures, 4.º Juízo Cível de Loures, no dia 04-04-2011, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Joaquim da Silva Cotrim, estado civil: casado, regime de bens adquiridos, nascido em 16-01-1966, freguesia de Dornes [Ferreira do Zêzere], nacional de Portugal, NIF — 191041840, BI — 08481785, na Rua Principal, Lote 1035, Bairro da Fraternidade, 2695-617 São João da Talha, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeado Bruno Gonçalo Torres de Sousa Brandão, NIF 203539753 com domicílio profissional Rua Beatriz Costa, n.º 1, 1.º Esq., Botica, 2670-347 Loures.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 16-06-2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

5 de Abril de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Dalila Pinto Vilela*. — O Oficial de Justiça, *Felisbela Sarmento*.

304549474

Anúncio n.º 6083/2011**Processo n.º 2617/11.9TCLRS**

Devedor: José António da Cunha
Credor: Banco Comercial Português, S. A., e outros

No dia 04-04-2011, às 12:23, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: José António da Cunha, maior, divorciado, nascido em 24-09-1960, natural da Guiné-Bissau, nacional de Portugal, NIF: 222523743, Autorização de residência — 0367857 Sef, Endereço, Tv. Machada, Porta 2 — n.º 9, 2.º, Póvoa de Santo Adrião, 2620-102 Póvoa de Santo Adrião

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Bruno Gonçalo Torres de Sousa Brandão, Endereço; Com domicílio Profissional; Rua Beatriz Costa, n.º 1 — 1.º Esq., Botica, 2670-347 Loures

Ficam advertidos os devedores da insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores da insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência dos créditos, data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 20-06-2011, pelas 14:00 horas, para a realização neste Tribunal da assembleia de credores, designada por assembleia de apreciação do relatório (artigo 156.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

5 de Abril de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Dalila Pinto Vilela*. — O Oficial de Justiça, *Amaro Ventura Martins*.

304548178

Anúncio n.º 6084/2011**Processo: 8854/10.6TCLRS
Insolvência p. singular (Apresentação)**

Insolvente: Teresa Adelaide dos Anjos de Carvalho e Melo
Credor: Caixa de Crédito Agrícola de Chamusca, Crl e outro(s).

No Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Loures, 4.º Juízo Cível de Loures, no dia 15-02-2011, às 17.11 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Teresa Adelaide dos Anjos de Carvalho e Melo, estado civil: casada, portadora do cartão de cidadão n.º 7928227, contribuinte n.º 180283596, natural de Angola, endereço: Rua Fernando Pessoa N.º 13, Quinta Nova de São Roque, 2660-158 Sto Antão do Tojal, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio António Francisco Cocco Seixas Soares, Endereço: Avenida Visconde Barreiros, N.º 77, 5.º Andar, Maia, 4470-151 Maia, contribuinte: n.º 150861834

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 23-05-2011, pelas 10:00 horas, para a realização, neste Tribunal, da reunião da assembleia de credores designada por assembleia de apreciação do relatório (artigo 156.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

27/04/2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Manuel Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Felisbela Sarmento*.

304620753